



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PAUTA DE REUNIÃO DOS GRUPOS TÉCNICOS

Grupo Técnico de Padronização de Relatórios – GTREL – 19ª Reunião
Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCN – 19ª Reunião

MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA
Joaquim Vieira Ferreira Levy

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Tarcísio José Massote de Godoy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA
Gilvan da Silva Dantas

COORDENADOR-GERAL DE NORMAS DE CONTABILIDADE
APLICADAS À FEDERAÇÃO
Leonardo Silveira do Nascimento

COORDENADORA DE SUPORTE ÀS NORMAS DE
CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO
Raquel da Ressurreição Costa Amorim

Fone: (61) 3412-4905
Correio Eletrônico: cconf.df.stn@fazenda.gov.br
Página Eletrônica: www.tesouro.fazenda.gov.br
www.siconfi.tesouro.gov.br

1º/2015

Brasília – ESAF, 12 a 14.05.2015

Pauta GTREL

Local: Auditório ESAF

Data: Terça-Feira (12/05)

Credenciamento GTREL/GTCON

Horário: 08h às 09h

Item 1.1 Abertura e Informes Gerais – GTREL

Horário: 09h às 9:30h

Discussão

Informação

Item 1.2. Demonstrativo da Receita Corrente Líquida – RCL

Tema remanejado para ser discutido na Reunião Conjunta do GTCON e GTREL no dia 13/05, item 2.3 da pauta, no período de 11h às 12h.

Item 1.3. Definições sobre o artigo 16 da LRF

Horário: 9:30h às 10:30h

Discussão

Informação

Objetivos

Firmar um entendimento, para inclusão na 7ª edição do MDF, sobre a elaboração da estimativa do impacto orçamentário-financeiro na criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental e à declaração do ordenador de despesa em cumprimento ao artigo 16 da LRF.

Contextualização

As discussões sobre esse tema se iniciaram em 2011 em razão da solicitação de representantes de entes federados para que houvesse uma definição sobre em que momento e como deveria ser elaborada a estimativa do impacto orçamentário-financeiro. O tema fez parte das discussões no GTREL dos dias 15/04/2011 e 20/10/2011, sem que houvesse definição sobre os questionamentos apresentados, e no dia 14/10/2015, em que se construiu o entendimento agora apresentado.

Ação esperada dos membros

Analisar a proposta apresentada e participar das discussões para a definição do texto que será incluído na 7ª edição do MDF.

Aspectos Específicos de Discussão - AED

- Identificação do momento em que ocorre a criação expansão e aperfeiçoamento da ação governamental e, conseqüentemente, a elaboração da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, bem como a responsabilidade do ordenador de despesa nesse processo.

Item 1.4. Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Horário: 10:30h às 11:15h

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentação das alterações propostas para o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Contextualização

Com a possibilidade de integração entre as informações enviadas para o Siconfi e para o SIOPS, por meio da MSC verificou-se a necessidade de alteração no demonstrativo utilizado atualmente.

Ação esperada dos membros

Analisar as propostas apresentada e sugerir alterações para melhorar o modelo apresentado.

Aspectos Específicos de Discussão - AED

O modelo proposto para o demonstrativo será baseado nas vinculações de recursos para a identificação das despesas com ASPS.

Item 1.5. Informações Complementares definidas para a Matriz de Saldos Contábeis - MSC

Horário: 11:15h às 12h

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentação das informações complementares ao PCASP necessárias para a construção da MSC no Siconfi.

Contextualização

A MSC está sendo desenvolvida no Siconfi como uma das formas de recebimento das informações referentes à execução contábil, orçamentária e financeira com vistas à consolidação das contas públicas, à elaboração dos demonstrativos fiscais inseridos no Manual de Demonstrativos Fiscais e à construção das estatísticas fiscais.

Ação esperada dos membros

Analisar as propostas apresentada e sugerir alterações que possam melhorar o resultado final.

Aspectos Específicos de Discussão - AED

- Apresentação do rol de informações complementares definidas para a construção da MSC;
- Apresentação da classificação por Fonte/Destinação de Recursos, definida para o Siconfi, que permite a elaboração dos demonstrativos fiscais inseridos no Manual de Demonstrativos Fiscais;
- Apresentação da classificação da receita e da despesa por natureza que será utilizada no Siconfi. Essas classificações são detalhadas com até 10 dígitos e contemplam as necessidades de elaboração dos demonstrativos fiscais exigidos pela LRF e os demonstrativos dos gastos com ações e serviços públicos de saúde e com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Item 1.6. Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL

Horário: 14h às 18h

Para:

Discussão

Informação

Objetivos

Definições acerca das contas que compõem o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida e do modelo de tabela proposto para o Anexo 2 da Parte IV do MDF, tendo em vista a construção da Matriz de Saldo Contábeis – MSC e a inclusão das alterações na 7ª edição do MDF.

Contextualização

Esse tema foi incluído nas discussões do GTREL em razão do Acórdão TCU nº 1.776/2012 que recomendou “à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de responsável pela edição de normas de consolidação das contas públicas, conforme estabelecido pelo art. 50, § 2º, da Lei Complementar 101/2000, que adote providências no sentido de harmonizar o cálculo do resultado fiscal de que trata a "Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária" do Manual de Demonstrativos Fiscais com a variação do estoque da Dívida Consolidada Líquida.” O tema foi discutido na última reunião do GTREL e a respectiva ata pode ser acessada por meio do site da STN.

Ação esperada dos membros

Analisar o material encaminhado e participar das discussões com objetivo de construir o entendimento que será incluído na 7ª edição do MDF.

Aspectos Específicos de Discussão - AED

- **Identificação dos itens que compõem a Dívida Consolidada e os Demais Haveres Financeiros:** terá como base o que ficou definido na reunião de outubro de 2014 e que permite apresentar a identificação das contas do passivo que comporão a dívida consolidada e as contas do ativo que comporão as disponibilidades de caixa e demais haveres financeiros.
- **Apresentação do novo modelo para o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida,** que compõe o RGF. Esse modelo deverá refletir as definições sobre o tema e a forma de apresentação das contas do passivo, tendo em vista a possibilidade de elaboração dos demonstrativos por meio da Matriz de Saldo Contábeis.
- **Passivo de PPP:** discussão sobre a classificação do passivo de PPP em relação à Dívida Consolidada, tendo em vista as peculiaridades da legislação sobre PPP.

Pauta da Reunião Conjunta GTCO e GTREL

Local: Auditório ESAF

Data: Quarta-Feira (13/05)

Item 2.1. SECOFEM: Resultados, perspectivas futuras e estratégia

Horário: 09h às 09:30h

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar a estrutura do SECOFEM, seu alinhamento ao calendário de eventos da SUCON, sua estratégia de formação e aproveitamento de multiplicadores e os resultados já obtidos até o momento.

Contextualização

Frente à necessidade de disseminar conteúdos relacionados à CASP, à gestão fiscal, ao RPPS, ao Siconfi e afins, a Secretaria do Tesouro Nacional instituiu a Semana Contábil e Fiscal de Estados e Municípios – SECOFEM, cuja 1ª edição ocorreu em março de 2015. Regionalizado, o evento abordará conteúdos não apenas relacionados à normatização contábil, fiscal e previdenciária, dentre outros, por parte dos entes competentes na Federação, mas também matéria relacionada a temas regionais. Na estratégia de disseminação, é feito uso efetivo de quadros regionais formados por alinhamento técnico prévio. Deseja-se também incluir na oferta de módulos eventuais demandas trazidas à STN e aos demais órgãos técnicos centrais, otimizando a realização de treinamentos para a Federação.

Ação esperada dos membros

Tomar ciência da estratégia de treinamentos na Federação.

Aspectos Específicos de Discussão – AED

Estrutura e estratégia do SECOFEM para 2015.

Item 2.2. Rendimentos Negativos do RPPS

Horário: 9h às 11:00h

Discussão

Informação

Objetivos

Validar proposta de registro dos Rendimentos Negativos do RPPS a serem levados para uma Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC).

Contextualização

Vários entes da Federação têm reportado à STN a necessidade de padronizar a forma de registro de perdas do RPPS decorrentes de fatores diversos, como perdas decorrentes da marcação a mercado. Há dúvidas quanto à necessidade de registro orçamentário para perdas e mesmo da forma de seu reconhecimento. Eventuais impactos fiscais também devem ser observados.

Ação esperada dos membros

Analisar propostas publicadas no Fórum de Discussões Permanentes de CASP acerca da contabilização dos rendimentos negativos do RPPS, disponível em: http://tesouro.gov.br/pt/web/forum-stn/home/-/message_boards/category/334065.

Aspectos Específicos de Discussão – AED

Forma de contabilização de rendimentos negativos do RPPS.

Item 2.3. Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - RCL

Horário: 11:00h às 12:00h

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentação da proposta de inclusão, na 7ª edição do MDF, válida para 2017, do item rendimentos de aplicação do RPPS nas deduções da Receita Corrente Bruta.

Contextualização

O tema entrou em pauta em razão das discussões ocorridas na reunião do GTREL e do GTCOM, de outubro de 2014, sobre a contabilização dos rendimentos negativos do RPPS. A proposta foi apresentada no Fórum da Contabilidade para manifestação pelos interessados.

Ação esperada dos membros

Analisar a proposta e participar das discussões com objetivo de construir o entendimento que será incluído na 7ª edição do MDF.

Aspectos Específicos de Discussão - AED

- Justifica-se a inclusão dos rendimentos de aplicação financeira do RPPS nas deduções da Receita corrente Bruta, para o cálculo da Receita Corrente Líquida - RCL, pelo fato de todas as receitas do RPPS não comporem a RCL. Dessa forma não faz sentido a inclusão dos rendimentos provenientes dessas receitas no cômputo da RCL.

Item 2.4. Contabilização de Consórcios Públicos

Horário: 14h às 18h

Discussão

Informação

Objetivos

Analisar e validar nova proposta de contabilização dos consórcios públicos ajustada frente aos desafios apontados pela Federação decorrentes da regulamentação da Portaria STN nº 72/2012 e das formas de contabilização e registros fiscais apresentadas no MCASP e MDF.

Contextualização

Os Consórcios Públicos têm sido cada vez mais utilizados pela Federação com vistas a gerir serviços públicos de modo associado, tendo sido previstos na CF/88 e sido regulamentados pela Lei nº 11.107/05. A forma de contabilização foi detalhada na Portaria STN nº 72/12, e a metodologia de levantamento das informações fiscais e o detalhamento da forma de contabilização foram levados ao MDF e ao MCASP, respectivamente. Contudo, houve retorno por parte da Federação acerca de dificuldades na execução conforme apresentado nos instrumentos normativos. Neste sentido, objetiva-se aqui listar os pontos que necessitam de ajustes e propor alternativas de solução.

Ação esperada dos membros

Levantar pontos polêmicos acerca dos aspectos contábeis e fiscais dos Consórcios Públicos e avaliar propostas apresentadas na reunião conjunta.

Aspectos Específicos de Discussão – AED

Forma de contabilização de consórcios públicos.

Pauta GTCON

Local: Auditório ESAF

Data: Quinta-Feira (14/05)

Item 3.1. Abertura e Informes Gerais – GTCON

Horário: 09h às 10:00h

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar informações acerca da normatização relacionada ao GTCON (Regimento Interno); da agenda do Seminário Brasileiro de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – SBCASP; da criação de novas naturezas de receita; da nota técnica de desobrigação de apresentação de alguns anexos da Lei nº 4.320/64 para o Governo Federal; e da nota técnica de “De-Para” da DVP para o modelo da DCA.

Contextualização

Considerando a relação de parceria permanente entre os entes da Federação e a STN, faz-se necessária a atualização da informação acerca de assuntos diversos.

Ação esperada dos membros

Tomar ciência da agenda do SBCASP, das novas classificações orçamentárias na Federação, do Regimento Interno do GTCON e das notas técnicas relacionadas aos anexos da Lei nº 4.320/64 e do “De-Para” da DVP para a DCA.

Aspectos Específicos de Discussão – AED

Regimento Interno do GTCON;

Agenda do SBCASP;

Novas naturezas de receita;

Nota técnica Anexos Lei nº 4.320/64;

Nota técnica “De-Para” DVP/DCA.

Item 3.2. Ajustes do PCASP 2015: Federação e Estendido

Horário: 10:00h às 12:00h

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar principais alterações dos PCASP 2016 (Federação e Estendido), publicados em julho de 2015.

Contextualização

Alterações no PCASP se fizeram necessárias a partir de demandas da União, de Estados/DF e de Municípios. As sugestões de alterações foram analisadas e, quando pertinentes, ocasionaram ajustes no PCASP, a serem observados para o exercício de 2016. Estas alterações, já disponibilizadas no Fórum de Discussões Permanentes de CASP, serão apresentadas ao GTCON.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento acerca dos ajustes feitos para a edição de 2016 do PCASP e do PCASP Estendido.

Aspectos Específicos de Discussão – AED

Ao redor de 30 ajustes no PCASP Federação e no PCASP Estendido, conforme divulgado no Fórum de CASP.

Item 3.3. Estratégia de implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Horário: 14:00h às 15:30h

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar o calendário e a estratégia de longo prazo para a implantação dos PCP na Federação.
Apresentar a estratégia de alinhamento com o CFC e com a Convergência aos Padrões Internacionais.

Contextualização

Frente ao calendário de prioridades definido pela Portaria STN nº 634/2013, faz-se necessário o avanço na discussão da implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento do calendário e da estratégia de implementação dos PCP na Federação.

Aspectos Específicos de Discussão – AED

Refinamento do calendário e da estratégia de implementação dos PCP.

Item 3.4. Equações de validação das informações contábeis

Horário: 15:30h às 17:00h

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar a estratégia de desenvolvimento de equações para melhoria da consistência da informação contábil na Federação.

Contextualização

A partir da implantação do Siconfi, equações de consistência serão gradualmente inseridas no sistema para melhoria da qualidade dos dados fiscais e contábeis coletados. As equações contábeis planejadas e a estratégia de implantação destas serão apresentadas neste painel.

Ação esperada dos membros

Criticar a estratégia apresentada para a implantação das equações no Siconfi de modo a refiná-la.

Aspectos Específicos de Discussão – AED

Estratégia de implantação das equações contábeis e fiscais no Siconfi.